

DOI: [10.46943/IX.CONEDU.2023.GT21.037](https://doi.org/10.46943/IX.CONEDU.2023.GT21.037)

POLÍTICAS PÚBLICAS UM ELEMENTO FUNDAMENTAL PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

VALDELUCE ALBUQUERQUE E SILVA

Mestre em Educação no PPGE/ UPE da Universidade de Pernambuco - UPE, valalbuquerque37@gmail.com;

WALDÊNIA LEÃO DE CARVALHO

Doutora em Educação, professora e orientadora do Curso de Mestrado PPGE da Universidade de Pernambuco - UPE, waldenia.leao@upe.br

RESUMO

O interesse pela pesquisa surgiu de uma inquietação sobre pessoas que não sabiam ler e escrever, das observações realizadas durante um trabalho de campo nas comunidades de Limoeiro-PE. Percebi que apresentavam um grande número de pessoas com dificuldades na leitura e na escrita e que estavam fora da escola. O tema despertou-me interesses para pesquisar. A pesquisa buscou compreender as causas da evasão escolar, o acesso à escola pública, o direito à educação, às políticas públicas educacionais, que garantam as leis e o que fazem os professores e os estudantes da EJA para manterem-se na escola. Por esta razão, o tema da pesquisa, traz como problema: Até que ponto as políticas educacionais na Educação de Jovens e Adultos tem garantido o acesso e permanência dos estudantes nas escolas? A pesquisa provocou muitas reflexões, entre elas a seguinte: Se há escolas, há vagas. Logo tem acesso e porque os estudantes não permanecem nos ambientes escolares? Se existem políticas públicas é porque há necessidade de um determinado público, com carências evidentes e a representação legal do povo, os governantes, buscam assistir à população através das políticas públicas. As políticas são elaboradas tendo como base as leis para resguardar o direito à educação pública e gratuita, enfatizando a luta social para garantir o acesso à educação resgatando assim o direito historicamente negado de inclusão à educação básica. A pesquisa é relevante, pois tratamos de um problema social que afetam homens e mulheres: o analfabetismo. Nos amparamos nas leis que regem a educação e em autores que contribuem com esta temática, a abordagem da pesquisa: qualitativa, de natureza aplicada, optamos pela pesquisa participante. O resultado, teve como

proposta um material educacional: um documentário com relatos de professores e educandos que refletiram sobre o tema, a roda de conversa foi fundamental para o debate.

Palavras-chave: POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO, ACESSO, PERMANÊNCIA.

INTRODUÇÃO

A pesquisa intitulada: *Políticas Públicas um elemento fundamental para a Educação de Jovens e Adultos* discute no âmbito do Mestrado Profissional em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Pernambuco - UPE (*Campus* Mata Norte), com a linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão Educacional.

O tema despertou-me interesses para questionar, pesquisar, coletar informações, para que possamos investigar os problemas que os estudantes da Educação de Jovens e Adultos enfrentavam em relação ao acesso e permanência no ambiente escolar.

A pesquisa busca compreender as causas da evasão escolar, do acesso à escola pública, do direito à educação, às políticas públicas educacionais, que garantam as leis e o que fazem os professores e os estudantes da EJA para manterem-se na escola. Por esta razão, o tema da pesquisa: Políticas de Acesso e Permanência na Educação de Jovens e Adultos, que traz como problema da pesquisa: Até que ponto as políticas educacionais na Educação de Jovens e Adultos do município de Limoeiro, tem garantido o acesso e permanência dos estudantes nas escolas?

A pesquisa provocou muitas reflexões, entre elas a seguinte:

Se há escolas, há vagas. Logo tem acesso e porque os estudantes não permanecem nos ambientes escolares? O que está faltando? Será que estão desmotivados? Mas, o que leva ao abandono escolar? Quais os fatores estão interligados que de forma direta os influenciam a não permanecerem nos espaços educacionais?

Segundo Bardin (2011), hipóteses são explicações antecipadas do fenômeno observado, em outras palavras, afirmações iniciais que podem ser comprovadas ou refutadas ao final do estudo. Segundo Amaral, "Políticas públicas são um conjunto de ações e decisões do governo voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade" (AMARAL, 2008, p. 5).

Dito de outra maneira, as Políticas Públicas são ações, metas e planos que os governos (federal, estadual ou municipal) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade desenvolvendo serviços de interesse público, tendo como base o direito. Se existem políticas públicas é porque há necessidade de um determinado público, com carências evidentes e a representação legal do povo, os governantes, buscam assistir a população através das políticas públicas. Essas políticas são elaboradas tendo como base as leis, a representação legal do povo, os governantes que

estão representando o povo, devem criar mecanismos legais, amparados por leis em vários âmbitos como exemplo: educação para resguardar o direito à educação pública e gratuita, enfatizando aluta social para garantir a todos o acesso à educação resgatando assim o direito historicamente negado de inclusão à educação básica.

A pesquisa é relevante, pois tratamos de um problema social que afetam homens e mulheres, o analfabetismo. O nosso estudo traz como objetivo geral: Examinar as ações da gestão educacional na perspectiva do acesso e permanência da Educação dos jovens e adultos. E como objetivos específicos: 1) Analisar como as Políticas Públicas educacionais do município de Limoeiro –PE tem assegurado o direito à educação quanto ao acesso e permanência dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos.; 2) Analisar os impactos da educação de jovens e adultos nos indicadores educacionais da população de Limoeiro –PE, observando a relação entre o atendimento escolar e os índices de escolarização da população jovem e adulta; 3) Relacionar as ações educacionais na esfera da gestão escolar com os índices de satisfação dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

A pesquisa tem como propósito revelar a interrelação das políticas públicas com a educação de jovens e adultos e a influência do Nível sócio econômico e os impactos que causam nas vidas dos estudantes.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Refletiremos sobre as Políticas educacionais voltadas para a Educação de Jovens e Adultos. Iremos nos apoiar na Constituição Federal de 1988 a educação e o direito subjetivo amparados pela LDB 9.394/96 e posteriormente após as mudanças pela Lei 11.741/2008. Iremos conhecer as políticas para a Educação de Jovens e Adultos e as principais contribuições do governo na esfera federal no período entre 2000-2020. A Constituição Federal do Brasil no seu Art. 205 apresenta como princípio que toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No Art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB9.394/96, destaca que o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações. Assim, a Educação de Jovens e Adultos, modalidade estratégica do esforço da Nação em prol de uma igualdade de acesso à educação como bem social, participa deste princípio e sob esta luz deve ser considerada. As

políticas educacionais são ações resultantes de conquistas que ao longo dos tempos foram adquiridas através de leis, de movimentos e reflexões sobre a educação e sua melhoria através de programas que foram se aperfeiçoando. Toda a legislação possui atrás de si uma história do ponto de vista social. As disposições legais não são apenas um exercício dos legisladores. Estes, junto com o caráter próprio da representatividade parlamentar, expressam a multiplicidade das forças sociais. Nesse sentido, as leis podem fazer avançar ou não um estatuto que se dirija ao bem coletivo. A aplicabilidade das leis, por sua vez, depende do respeito, da adesão e da cobrança aos preceitos estabelecidos e, quando for o caso, dos recursos necessários para uma efetivação concreta.

Nessa perspectiva, as políticas educacionais em um dado momento dizem respeito a áreas específicas de intervenção, justificamos as falas em políticas de educação infantil, educação básica, educação superior, etc. Cada uma delas, por sua vez, pode se desdobrar em outras. Isso significa dizer que, a depender do ponto de vista de onde se examina uma determinada esfera de intervenção a relação entre o todo e as partes se modifica, na proporção direta do que é maior ou menor nos diferentes campos de atividade. Iremos investigar as políticas de acesso e permanência dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos na escola municipal de Limoeiro-PE. Nossa intenção é contribuir com reflexões sobre as políticas educacionais que serão úteis para esta modalidade de educação básica.

A pesquisa ao refletir sobre as políticas de acesso busca com sua investigação alertar a todos sobre o tema e minimizar a exclusão de determinados grupos que permeiam a sociedade, proporcionando oportunidade educacional para que haja permanência nas escolas públicas e saiam da situação de vulnerabilidade social devido à fatores sócios econômicos que interferem na vida do educando e conseqüentemente na escola, temos consciência que a educação transforma as vidas e a oportunidade à educação pública é garantidas por lei.

Moura (2006, p.16) advertiu sobre a importância e necessidade sobre as políticas de acesso. Para o autor é fundamental que uma política pública estável voltada para a Educação de Jovens e Adultos contemplem a elevação da escolaridade com profissionalização, no sentido de contribuir para a integração sócio laboral desse grande contingente de cidadãos cerceados do direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade. A Política Pública do ponto de vista etimológico refere-se à participação do povo nas decisões da cidade, do território. Porém, historicamente essa participação assumiu feições distintas, no

tempo e no lugar, podendo ter acontecido de forma direta ou indireta (por representação). A discussão acerca das políticas públicas tomou nas últimas décadas uma dimensão muito ampla, haja vista o avanço das condições democráticas em todos os recantos do mundo e a gama de arranjos institucionais de governos, que se tornou necessário para se fazer a governabilidade.

Entende-se por governabilidade as condições adequadas para que os governos se mantenham estáveis. São essas condições adequadas, enquanto atitudes de governos (sejam eles de âmbito nacional, regional/estadual ou municipal), que caracterizam as políticas.

O pensamento de Hannah Arendt, nos remete a refletir de que a política não é domínio, de que não se baseia na distinção entre governantes e governados e nem é mera violência, mas ação em comum acordo, ação em conjunto, sendo reflexo da condição plural do homem e fim em si mesma. Já que não é um meio para objetivos mais elevados, como, por exemplo, a preservação da vida, significando liberdade, somos levados a perguntar se esses juízos naturalizados não seriam falsos e perigosos, isto é, será que ao se desconhecer a “verdadeira política”, ao se confundir “aquilo que seria o fim da política com a política em si” (ARENDR, 2006, p. 25).

A EDUCAÇÃO COMO DIREITO SUBJETIVO

Segundo a Constituição de 1988 no Art. 205 diz: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. E no Art.206, “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Lei de Diretrizes e Bases da Educação”. Ainda no Art. 37,

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Reforçam o caráter não apenas legalista do direito, mas a inserção da EJA nesse direito. Ao longo dos tempos percebemos a caminhada histórica da Educação, especificamente da EJA, a luta pelo direito a educação e o resgate da cidadania que lhe garante a Constituição Federal de 1988 em seu Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Para o melhor desenvolvimento da EJA, cabe a institucionalização de um sistema educacional público de Educação Básica de jovens e adultos, como política pública de Estado e não apenas de governo, assumindo a gestão democrática, contemplando a diversidade de sujeitos aprendizes, proporcionando a conjugação de políticas públicas setoriais e fortalecendo sua vocação como instrumento para a educação ao longo da vida (BRASIL, 2010).

Miguel Arroyo (2001) destaca a história que a EJA se fortalece no âmbito das lutas sociais, seja pela crítica que os movimentos são capazes de fazer, seja pela dinâmica educativa desses processos: os movimentos populares educam para a cidadania, para a igualdade social, para a sustentabilidade, educam a si. Segundo Freire (1996), para a concepção crítica, o analfabetismo nem é uma 'chaga', nem uma 'erva daninha' a ser erradicada (...), mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta.

Quando tomamos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, surgida como resposta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, observamos que suas definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos da Educação Básica, determina:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, 1996).

Dando sequência às Políticas Públicas na EJA, é importante registrar no Plano Nacional de Educação (PNE) um compromisso assumido na reunião de avaliação da Conferência Mundial sobre Educação Para Todos (Jomtien, 1990) denominada Fórum Mundial de Educação (Senegal, Dakar, abril, 2000), foi sancionado em janeiro de 2001, entre outras medidas estabelece, programas visando alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década, erradicar o analfabetismo.

Num sentido mais prático, quando nos referimos à política educacional, estamos tratando de ideias e de ações. E, sobretudo, de ações governamentais, reconhecendo que “a análise de política pública é, por definição, estudar o governo em ação” (SOUZA, 2003).

Nas palavras de Almandoz e Vitar (2006), o “registro do político” neste campo se expressa na tensão entre mudança e conservação: uma sociedade transmite o seu legado .

PRINCÍPIOS DA EJA

A política de educação de jovens e adultos, diante do desafio de resgatar um compromisso histórico da sociedade brasileira e contribuir para a igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social, fundamenta sua construção nas exigências legais definidas: A Constituição Federal do Brasil/1988, incorporou como princípio que toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF. Art. 205). Retomado pelo Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, este princípio abriga o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações assim, a Educação de Jovens e Adultos, no esforço em prol de uma igualdade de acesso à educação como bem social, participa deste princípio. Estas considerações adquirem substância não só por representarem uma dialética entre dívida social, abertura e promessa, mas também por se tratarem de postulados gerais transformados em direito do cidadão e

dever do Estado até mesmo no âmbito constitucional. Sendo assim, o Artigo 208-CF alterado pela Emenda Constitucional Nº 59, de 11 de novembro de 2009, os Incisos I e VII passam a vigorar com as seguintes alterações: I – “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”. Trata-se de um direito positivado, constitucionalizado e cercado de mecanismos financeiros e jurídicos de sustentação. Esclarecemos que, a Educação de Jovens e Adultos está baseada no que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB 9.394.96, no Parecer CNE/CEB Nº11/2000, na Resolução CNE/CEB Nº01/2000, no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/01), no Plano de Desenvolvimento da Educação, nos Compromissos e acordos internacionais. Esse público vem sendo atendido no âmbito da Educação Básica por meio da Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD/MEC, a qual tem priorizado um processo amplo democrático e participativo na construção de uma política pública de estado para a educação de jovens e adultos.

Ressaltamos que, essas ações têm fortalecido e estreitado à parceria entre Estados e Governo Federal na busca pela ampliação e melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos.

METODOLOGIA

A pesquisa de abordagem qualitativa concentra-se em torno dos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações, grupos ou atores sociais.

Segundo Thiollent (2009,P.36) , “ela está empenhada na elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções. Responde a uma demanda formulada por “clientes, atores sociais ou instituições”.

No entanto, a proposta é apresentar alternativas que ajudem a melhorar ou transformar, por exemplo, determinado aspecto do seu objeto de estudo.

A pesquisa qualitativa é conhecida também como “estudo de campo”, “estudo qualitativo”, “interacionismo simbólico”, “perspectiva interna”, “interpretativa”, “etnometodologia”, “ecológica”, “descritiva”, “observação participante”, “entrevista qualitativa”, “abordagem de estudo de caso”,

“pesquisa participante”, “pesquisa fenomenológica”, “pesquisa-ação”, “pesquisa naturalista”, “entrevista em profundidade”, “pesquisa qualitativa e fenomenológica”, e outras [...]. Sob esses nomes, em geral, não obstante, devemos estar alertas em relação, pelo menos, a dois aspectos. Alguns desses enfoques rejeitam total ou parcialmente o ponto de vista quantitativo na pesquisa educacional; e outros denunciam, claramente, os suportes teóricos sobre os quais elaboraram seus postulados interpretativos da realidade (TRIVIÑOS, 1987, p. 124).

A pesquisa qualitativa analisa os “microprocessos”, estudando as ações sociais em que o investigador possa participar ou não da comunidade pesquisada, “[...] realizando um exame intensivo dos dados” (MARTINS, 2004, p. 289).

O pesquisador faz a coleta e a interpretação das respostas subjetivas das pessoas entrevistadas. Quanto à natureza da pesquisa, trata-se de uma pesquisa aplicada, pois tem como propósito a produção do conhecimento e contribuir com sua aplicabilidade no campo da educação.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é participante. Sua escolha ocorreu devido ao envolvimento e identificação do pesquisador com o grupo de pessoas investigadas. Assim consideradas, as metodologias ou abordagens metodológicas identificam os diversos modos de abordar ou tratar a realidade, relacionados com diferentes concepções que se tem dessa realidade.

O termo metodologia tem sido empregado com diferentes significados, designando tanto quanto o método ou métodos empregados por uma ciência. O objetivo da metodologia é o aperfeiçoamento dos procedimentos e critérios utilizados na pesquisa. De uma outra forma, a metodologia é equiparada a uma preocupação instrumental: a ciência busca captar a realidade; a metodologia trata de como isso pode ser alcançado (DEMO, 1995).

PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A pesquisa busca contribuir para o estudo da Educação de Jovens e Adultos no tocante ao conhecimento das políticas públicas existentes no município de Limoeiro-PE. A escolha pela pesquisa participante ocorreu devido a produção do conhecimento que possam ser efetivamente aplicados na vida real e na sala de aula.

Com o objetivo de conhecer a realidade do nosso objeto de pesquisa, a Educação de Jovens e Adultos, foram realizadas entrevistas e questionários com os participantes para identificar dados relevantes que foram apurados e tratados

após a coleta dos dados. A amostra da pesquisa contou com: o gestor municipal (secretário de educação), o gestor escolar (diretor), coordenador pedagógico e professores, contudo será composta de 05 participantes. O *lócus* da pesquisa é uma escola municipal que trabalha com Educação de Jovens e Adultos, a escolha da escola foi determinada pelo fator do Nível Sócio Econômico- NSE.

Assim, pode-se empregar métodos tradicionais na coleta de dados, mas procuramos posturas qualitativas e a comunicação interpessoal. Além de um processo coletivo é uma experiência educativa. A população deve ter conhecimento do processo, os participantes devem estar cientes e permitam sua inserção na pesquisa.

Os participantes da pesquisa, professores, coordenador, gestor escolar e equipe gestora que compõem a secretaria de educação e convivem com a realidade da Educação de Jovens e Adultos, servidores públicos que trabalham especificamente e possuem conhecimentos específicos em EJA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise de dados diz respeito à fase de investigação na qual são levantados dados referentes à um determinado objeto da pesquisa que se quer obter conhecimento para ser investigado, e servir para análise posterior. Essa fase do trabalho é de natureza mais subjetiva do que objetiva, porém lança-se mão de critérios de análise que podem ser utilizados (BARDIN, 1977).

Nesta pesquisa, aplicamos a análise de conteúdo aos discursos dos participantes sobre narrativas individuais e diversificadas.

Para Bardin (2007), a análise de conteúdo se constitui de várias técnicas onde se busca descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos. A análise de conteúdo compreende técnicas de pesquisa que permitem, de forma sistemática, a descrição das mensagens e das atitudes atreladas ao contexto da enunciação, bem como as inferências sobre os dados coletados. A escolha deste método de análise pode ser explicada pela necessidade de ultrapassar as incertezas consequentes das hipóteses e pressupostos, pela necessidade de enriquecimento da leitura por meio da compreensão das significações e pela necessidade de desvelar as relações que se estabelecem além das falas propriamente ditas. Segundo Oliveira (2008), a análise de conteúdo possui diferentes técnicas que podem ser abordadas pelos pesquisadores. Isto dependerá da vertente teórica seguida pelo sujeito que a aplicará. Além de compreender e

identificar hipóteses de um problema, descobrir as possíveis alternativas que norteiam a pesquisa, baseadas em um planejamento e na coleta de dados para que possamos testar as hipóteses. A análise, interpretação e descrição dos resultados têm por objetivo cotejar os dados, verificar associações mais comuns entre eles, conhecer tendências e por fim compreendê-los de modo a identificar necessidades de ação. O registro, organização e sistematização dos dados são imprescindíveis para poder c Sem essa comparação e associação é impossível construir uma visão abrangente dos dados e transformá-los em informações úteis para a compreensão da realidade educacional, os efeitos de suas práticas e a tomada de decisão para futuras intervenções. O resultado da pesquisa, gerará um plano de ação que deverá contribuir para a solução dos problemas encontrados após a análise dos dados e trazer melhorias ao *lócus* da pesquisa contribuindo com os participantes, essa ação é a inserção social.

Entende como Inserção Social “uma via que potencializa devolver à sociedade os conhecimentos e saberes construídos, no âmbito dos programas de pós-graduação e que contribuem para o desenvolvimento da ciência e melhoria da qualidade da educação” (AMORIM; DANTAS, 2016, p. 48).

Na fase final da pesquisa, a hipótese nos levará a caminhos que percorreremos como identificação do problema. Com a aprovação no conselho de ética, daremos continuidade a pesquisa com a coleta de dados, análise e o resultado da pesquisa, findando o ciclo da pesquisa e abrindo possibilidades de desenvolvimento de outras pesquisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação, não se sustenta só, há necessidade de caminhar com políticas públicas, com as leis e a integração dos profissionais da educação aliados aos demais órgãos públicos como: saúde, assistência social, habitação, segurança... o objetivo de propagar o conhecimento de que as políticas públicas devem ser salientadas em espaços escolares se faz necessário. Após o conhecimento dos educandos da EJA, que existem políticas de um governo em ação, foi preciso conversar sobre a diferença entre política partidária e políticas públicas, salientar a importância e valor do voto para que os educandos da EJA tenham consciência de sua responsabilidade diante suas escolhas. A educação municipal passará a

desenvolver seu trabalho com parcerias e distribuição de responsabilidade social, a partir desta conscientização no âmbito escolar. Entendemos que as políticas públicas existem, o que faltava era a necessidade de elucidar, explicar, dialogar sobre o seu papel diante a sociedade. No processo da intervenção, identificamos que é preciso empodera-los e falar da importância das Políticas de acesso e permanência na Educação de Jovens e Adultos. Para que, sintam-se fortalecidos e encontrem razões para ficar, para estudar e lutar por uma educação inclusiva e emancipatória. O documentário, foi nossa contribuição social e educacional, nele refletimos sobre as políticas públicas e ações de um governo. Há necessidade de refletir sobre as mazelas sociais com criticidade, compreendendo que não estamos só, existem políticas públicas e uma educação inclusiva, onde os espaços escolares são ofertados acessos e a luta pela permanência vai além dos muros da escola. É uma questão de cidadania, direitos e políticas públicas.

A culminância foi marcada durante o momento que dialogamos com os participantes da pesquisa e os alunos da EJA sobre as Políticas públicas para Educação de Jovens e Adultos. Formamos uma roda de conversa com o objetivo de dialogar sobre a pesquisa. O encontro com os participantes da pesquisa e educandos da EJA foi um encontro presencial. **Nota de esclarecimento:** as aulas presenciais estavam retornando,(vivenciamos o período da pesquisa na pandemia do Covid -19) a vacina chegou ao município, o público da EJA foi contemplado com a vacina, em (Outubro / 2021) toda a população maior de 15 anos, tiveram acesso à vacina em proteção ao Covid 19, portanto, teremos condições de nos reunirmos, mantendo o uso de máscaras de proteção e distanciamento social em obediência aos protocolos de segurança à saúde pública. A pesquisa revelou algumas fragilidades e objetivando torná-las positivas, houve a necessidade de refletir e planejar ações afirmativas para os alunos da EJA. Estas ações impactarão de forma positiva o Nível Sócio Econômico- NSE e refletirão no território. No encontro presencial com os participantes da pesquisa, os professores participantes receberam um livro de autoria do escritor Paulo Freire, em agradecimento à colaboração e dedicação ao tempo à pesquisa. Os nomes dos participantes da pesquisa foram preservados obedecendo as determinações do conselho de ética, receberam nomes fictícios que correspondem as obras de Paulo Freire, são eles os participantes: Autonomia, Liberdade, Esperança, Oprimido e Indignação. A escola foi contemplada com uma tela do artista plástico da região. A tela com a pintura do busto do escritor Paulo

Freire será colocada em uma sala em sua homenagem, que será o espaço Paulo Freire, espaço de leitura e acolhimento dos alunos da EJA.

Em 19 de Setembro de 2021, Freire completaria cem anos de vida, deixou contribuições valiosas para a educação, tornando-se o Patrono da Educação Brasileira, o educador pernambucano Paulo Freire (1921-1997) passa a ser reconhecido como patrono da educação brasileira, é o que estabelece a Lei nº 12.612, do dia 13 de abril de 2012. Freire, dedicou grande parte de sua vida à alfabetização e à educação da população popular, trazendo em suas obras reflexões sobre Política e educação.

Sugerimos ao gestor escolar a criação de um espaço físico (sala) para desenvolver leituras, artes, jogos educativos e reuniões, este espaço foi idealizado com o propósito de ser um local que fomentem conhecimentos, o Espaço Paulo Freire. Local de integração e socialização do conhecimento, que poderemos ter um espaço para escambo de livros, promovendo ações afirmativas no espaço escolar com incentivo à prática da leitura.

Ao realizar a pesquisa, obtivemos conhecimentos teóricos e metodológicos que foi significativo para nosso aprendizado. Tivemos a necessidade de fazer um resgate na história da educação brasileira, adquirir conhecimento das leis, das políticas públicas, das ações dos governos mediante o desafio de tornar a educação um espaço de conhecimento e de justiça social. Viver a educação em sua plenitude, é conhecer os desafios que a educação em nosso país vivencia. As concepções, lutas e conquistas, não aconteceram de uma hora para outra. Todas essas mudanças houve a participação do povo em busca de melhorias no âmbito educacional. Pensar na escola é ter a oportunidade de conhecer os limites que vai além da sala de aula. É conhecer a gestão escolar, sua responsabilidade e atuação. O papel do gestor escolar, da coordenação pedagógica, dos professores, ambos lutam para que a estrutura da escola funcione e atinja os objetivos educacionais, a figura do professor é essencial, pois o professor desenvolvem a metodologia de acordo com o perfil de seus alunos, a didática, o tempo, o respeito pela história e vivências do público em que estão desenvolvendo o seu trabalho, assim como na EJA. Minha indignação, com políticas que vão de encontro com as propostas educacionais, a figura do professor passa por um período de depreciação neste governo, onde desvaloriza sua função e não os reconhecem como peça fundamental para mudanças na educação deste país. Nossos professores, devem ser respeitados, valorizados e bem remunerados, a educação é a mãe de todas as profissões. Verifiquei na maneira respeitosa em que os participantes da pesquisa refletiram sobre a EJA. As políticas de acesso

e permanência dos educandos nos espaços escolares, são desenvolvidas em uma ação conjunta, refletindo sobre essa modalidade de educação que buscamos investimentos e melhorias para preservá-los no ambiente escolar, evitando a evasão.

Portanto, a participação dos professores, coordenadores, gestor escolar na pesquisa, foi de muita valia, pois tivemos de testar as hipóteses e compreendê-las.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Ofício de mestre**. Petrópolis: Vozes, 2001. p.53, 240.

ALMANDOZ, M. R.; VITAR, A. **Caminhos da inovação: as políticas e as escolas**. In: VITAR, A.; AMORIM, A.; DANTAS, T. R. **Inserção Sócio-econômica e Educacional do Programa de Mestrado Profissional de Educação de Jovens e Adultos-EJA, junto à comunidade baiana**. Revista Plurais, Salvador, v. 1, n. 3, p. 46-58, ago./ dez. 2016.

AREDENT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **Hannah e a Banalidade do Mal**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin**. São Paulo: Edições 70, 2011.

_____. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. BRASIL.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. BRASIL. Ministério da Educação.

_____. **Conselho Nacional da Educação. Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos**. Parecer CEB 11/2000.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996.

- _____. **Plano Nacional da Educação: nº 10172/2001.** Brasília: 2001.
- _____. **Decreto Lei nº 6.094, de 24 de abril de 2007.** In: Diário Oficial da União, Brasília, n. 79, 25 abr. 2007, Seção I, p. 5.
- _____. **Instituto de Geografia e estatística - IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010.** Informação Demográfica Socioeconômica, n. 27, 2010. (Série Estudos e Pesquisas).
- _____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Relatório Técnico – censo escolar 2010, 2010.
- _____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: Diário Oficial da União, Brasília, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, pp. 27834-27841.
- _____. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. In: Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824.
- BRASIL. MEC. INEP. **Gestão escolar e formação de gestores.** Em aberto, vol. 17, n. 72. Brasília, jun. 2000.
- BOUFLEUER, J. P. **Inserção social como quesito de avaliação da pós-graduação.** Revista Educação Pública, Cuiabá, v. 18, n. 37, p. 371-382, maio/ago. 2009.
- DEMO, P. **Investigação participante: Mito y Realidad.** Buenos Aires: kapelusz,1995.
- ENGERS, M. E. A. **Pesquisa educacional: reflexões sobre a abordagem etno-gráfica.** In: _____. (Org.). **Paradigmas e Metodologias de Pesquisa em Educação:** notas para reflexão. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. p. 65-74.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____ **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

_____ **Conscientização: teoria e prática da libertação**. 3 ed. São Paulo: Centauro, 1980.

_____ **Educação como prática da liberdade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____ **Conscientização: teoria e prática da libertação**. 3. ed. São Paulo: Moraes, 2002.

_____ **Conscientização: teoria e prática de libertação**. São Paulo. Cortez e Morais, 1979

_____ **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Escolarização de Jovens e Adultos**. In: Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 108-130, mai./ago., 2000

MOURA, D. H. **Reflexões sobre ética, estado brasileiro e educação**. Mimeo: 2006.

MOURA, D. H. EJA: **formação técnica integrada ao ensino médio**. Boletim, v. 16, 2006.

OLIVEIRA, D.C., **Análise de Conteúdo Temático-Categorial**: uma proposta de sistematização. Rio de Janeiro, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Jomtien**. Jomtien (Tailândia): ONU, 1990.

SOUZA, C. **Estudo do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, 2003.

_____. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TEIXEIRA, E. B. A **análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais.** Desenvolvimento em Questão, v. 1, n. 2, p. 177-201, 2003.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1988.

_____. Metodologia de Pesquisa-ação. São Paulo: Saraiva, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.